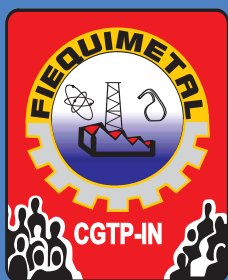


JAN.2013

A FIEQUIMETAL Informa-te!



NÃO

Às políticas de austeridade e terrorismo social do Governo e da Troika.

À exploração; Pobreza;
Desemprego; Desigualdades;
Submissão; Ruína do País.

SIM

Às propostas da CGTP-IN
para um Portugal com
futuro

- Melhorar o poder de compra dos trabalhadores e dos pensionistas;
- Pôr fim à política de austeridade e ao ataque aos direitos sociais e laborais;
- Investir no sector produtivo e criar emprego de qualidade;
- Parar com as privatizações e valorizar as empresas do sector empresarial do Estado, ao serviço das populações e do País.

SIM

À luta organizada do
Sindicato pelo aumento dos
salários.

Dia 16 de Fevereiro,
Participa nas manifestações que se vão
realizar em todos os Distritos do País.



DA VIOLENCIA DA AUSTERIDADE AO TERRORISMO SOCIAL - O Governo e a Troika não olham a meios.

Ainda mal começaram a aplicar os cortes nos salários e pensões, o brutal aumento dos impostos, o aumento dos bens e serviços essenciais e outras malfetorias previstas no Orçamento do Estado 2013 e já o Governo e a troika vêm anunciar um novo pacote de sacrifícios, que é um autentico atentado de terrorismo social contra os trabalhadores, os reformados, os desempregados, os jovens e todas as camadas mais vulneráveis da população.

Chamam-lhe, eufemisticamente, "refundação do Estado Social", para anunciarem mais despedimentos; mais redução do subsídio de desemprego e da sua duração; aumento da idade da reforma; novo corte nas pensões; ainda mais aumento das propinas e taxas moderadoras; privatização de serviços públicos entre outras malfetorias.

Sem o dizerem, estão a tentar implementar a velha lógica do capital, de "quem quer saúde paga-a", do ensino de elite para os filhos dos ricos e do regresso à caridade, para institucionalizar a pobreza e substituir o direito à segurança social, pública, universal e solidária, previsto na Constituição da República.

Está mais do provado que este governo não olha a meios para servir os interesses do grande capital mesmo que seja à custa do afundamento da economia do País e do sofrimento humano de milhões de Portugueses.

Só a mobilização geral dos trabalhadores e do povo pode acabar com a escandalosa impunidade com que estão a tentar destruir conquistas sociais e laborais, que levaram mais de um século a construir com os esforços de muitas gerações de trabalhadores.

PRÉ-AVISO DE GREVE AO TRABALHO EXTRAORDINÁRIO MANTÉM-SE EM 2013

Apesar das vitórias alcançadas em muitas empresas que, face à luta dos trabalhadores, foram obrigadas a recuar na intenção de reduzir o pagamento do trabalho extraordinário e do trabalho por escala em dia feriado, outras há em que a luta prossegue, razão pela qual se procedeu ao prolongamento do pré-aviso de greve pelo ano de 2013.

A publicação pode ser consultada no Diário de Notícias de 13 de Dezembro e de 16 de Janeiro, respectivamente.

É importante relembrar que a Inspeção do Trabalho (ACT) deu razão ao sindicato, ao confirmar que o Código do Trabalho apenas estabelece o valor mínimo da compensação e nada impede que as empresas continuem a pagar as horas extra nos moldes em vigor antes da publicação.

Fica assim ainda mais claro que a alusão ao Código é apenas uma desculpa para tentarem, também por esta via, aumentar o horário e reduzir o custo do trabalho.

Há pois que prosseguir a luta, onde a situação persiste, pelo tempo que for necessário, até que o pagamento seja reposto conforme a prática anterior.

Como sempre, os trabalhadores podem contar com o apoio do sindicato nesta luta.

**É PRECISO ACABAR
COM ESTA POLÍTICA E
ESTE GOVERNO:
ANTES QUE ESTE
GOVERNO E ESTA
POLÍTICA ACABEM
COM O PAÍS!**

O aumento dos salários é um imperativo nacional!

Os patrões do sector automóvel, queixam-se da redução da venda de carros e das dificuldades na reparação;

Os da indústria (metalúrgica, eléctrica, química, gráfica e outras), afirmam que não conseguem mercado para os produtos que fabricam;

Os da farmacêutica, fazem ameaças e chantagens em nome da baixa na venda de medicamentos;

Também na hotelaria e no comércio, protestam contra o retrocesso dos negócios e falam, com razão, da ruína de milhares de empresas.

O que os patrões não dizem é que foram eles próprios a criar os problemas com que estão confrontados:

- Quando boicotaram a contratação colectiva e recusaram dar prioridade à actualização dos salários.
- Quando optaram por atacar os direitos sociais e laborais, com a ilusão de aumentarem os lucros à custa da desvalorização do trabalho e dos trabalhadores.
- Quando, apoiaram as políticas de destruição da agricultura, das pescas e de importantes empresas e sectores industriais, que empregavam centenas de milhares de trabalhadores e garantiam trabalho a milhares de micros, pequenas e médias empresas.
- Quando defenderam (como continuam a defender) os cortes nos salários, nas pensões e nos subsídios e a política de austeridade, que está a empobrecer os trabalhadores, o povo e o País.

O resultado de tudo isto está à vista:

A política de baixos salários e de ataque aos direitos é responsável pelo desemprego, pelas desigualdades, pobreza e recessão económica.

A redução forçada do consumo e a crescente dependência externa do País atingem os sectores e empresas que trabalham fundamentalmente para o mercado interno, enquanto os meios de produção e a riqueza se concentram nos grandes grupos económicos e financeiros.

Por isso, desafiamos o patronato a mudar de rumo e a negociar as propostas dos trabalhadores, dando prioridade à revisão salarial nas empresas e sectores.



35 Euros para cada trabalhador é o mínimo para fazer face às necessidades imediatas

O aumento dos salários para além de uma necessidade é um imperativo nacional:

- Para melhorar o nível de vida e o poder aquisitivo dos trabalhadores e suas famílias;
- Fazer crescer o mercado interno e dinamizar a economia nacional;
- Impulsionar o investimento no produtivo e promover a criação de emprego.

No imediato, tendo em vista atenuar minimamente as dificuldades sentidas pelos trabalhadores, impõe-se que da revisão das tabelas e da negociação dos cadernos reivindicativos resulte um aumento nunca inferior a **35 euros para cada trabalhador.**



NÃO CAIR NA ARMADILHA DOS DUODÉCIMOS

O pagamento de parte dos subsídios de férias e de natal em duodécimos, tem vindo a ser objecto de uma enorme campanha de propaganda enganosa, chegando ao ponto de dizerem que os trabalhadores vão ver o salário aumentado no fim do mês.

A verdade é que o objectivo imediato é esconder o brutal aumento de impostos que vai roubar um mês (ou mais) de salário ao longo do ano e, com esta manobra, tentarem condicionar a reacção dos trabalhadores.

Sem dúvida que para muitos esta será uma forma de minimizar, no imediato, os inoportunos sacrifícios que resultam do corte nos já muito baixos salários que auferem.

Mas é preciso não cair nas armadilhas que esta medida encerra, desde impedir qualquer tentativa de transformar em definitivo aquilo que agora dizem ser provisório e combater qualquer ideia de diluição dos subsídios de férias e de Natal.

Há que ter presente que o pagamento em duodécimos não é mais do que um adiantamento de parte de um subsídio que já está ganho (férias) e outro cujo direito adquirimos ao longo do ano (natal).

Há que continuar a lutar:

- Para acabar com o roubo que representam o aumento dos impostos e os cortes salariais.
- Pela reposição da normalidade no pagamento dos subsídios de férias e de natal direitos de que os trabalhadores não abdicam
- Pelo aumento dos salários, para repor o poder de compra perdido com as políticas de austeridade e melhorar as condições de vida e de trabalho.

PETIÇÃO PELA DEFESA DAS FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO

O artigo 52º da Constituição da República, garante a todos os cidadãos o direito de apresentarem aos órgãos de soberania petições para defesa dos seus direitos.

Estando as funções sociais do Estado, designadamente a segurança social, a saúde e o ensino a ser postos em causa, a CGTP-IN lançou uma petição em sua defesa, que pode ser subscrita directamente nas listas que os sindicatos puseram a correr nas empresas, ou no sítio da Internet da CGTP-IN - www.cgtp.pt

Toma posição pela defesa dos direitos sociais.

Assina e divulga a petição

**Dia 16 de
Fevereiro,
Participa nas
manifestações
que se vão
realizar em
todos os
Distritos do
País.**